

# O ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO EM TEMPOS ANTERIORES: VIDA E TRABALHO NA USINA TAMOIO

Ângela Cristina Ribeiro Caires<sup>1</sup>

**Resumo:** A história do Assentamento Bela Vista do Chibarro passa necessariamente pela história da Usina Tamoio, antiga proprietária das terras nas quais este assentamento se encontra. Partindo deste dado fundamental, o objetivo deste artigo é resgatar a história da Usina Tamoio, do grupo social constituído por seus trabalhadores e moradores, e por conseguinte do Assentamento Bela Vista do Chibarro em tempos anteriores. A matéria-prima para a recuperação dessa história são as experiências dos trabalhadores e moradores. Sujeitos que viveram tempos cruciais de suas existências naquelas terras. Suas lembranças e representações são o fio condutor que permitem re-tecer uma história rica em fatos, acontecimentos, esquemas vividos e compartilhados. A ênfase da análise recai sobre o período Morganti que se estende de 1917 a abril de 1969 (data da aquisição da usina pela família Morganti até sua venda para o grupo Silva Gordo). Nesse período, o Império Tamoio é reconstituído em seus aspectos objetivos e subjetivos, por meio do complexo feixe de relações sociais e atividades que cercavam aquele mundo e a vida das pessoas que lá viviam e trabalhavam. Assim, com os olhos no passado, busca-se compreender um pouco do presente.

**Palavras-chave:** Assentamento Bela Vista do Chibarro; Usina Tamoio; Relações Sociais.

*Abstract: The history of Bela Vista do Chibarro Settlement encompasses the history of Tamoio Sugarcane Mill, the former landowner of this land, where the settlement is currently located. On the basis of this fundamental fact, the*

---

<sup>1</sup>Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara e docente das Faculdades Integradas de Jaú e Faculdade do Interior Paulista (Barra Bonita).

*purpose of this paper is to trace the history of Tamoio Mill, including the social group constituted by workers and residents, and thus the early days of Bela Vista do Chibarro Settlement. The workers and residents' experiences explored in the survey are key factors used to recover historical data. The challenging times that these individuals have faced in those lands have been taken into account in this study. Therefore, their memories and representations of past events served as tools for reconstructing their history with rich descriptions, full of interesting facts, events, and shared experiences. The Morganti era, from 1917 to 1969 (April), corresponding to the interval elapsing between the acquisition of the sugarcane mill by the Morganti Family and its sale to Silva Gordo Group, was highlighted in this investigation. During this period, the Tamoio Empire is reconstituted with respect to its objective and subjective aspects, through the complex social processes involving social relations and social practices of everyday life in their physical and social environments. Thus, in the light of these data, this study seeks to better understand the present.*

**Keywords:** *Bela Vista do Chibarro Settlement; Tamoio Mill; Social Relations.*

## **Introdução**

O assentamento Bela Vista do Chibarro tem sido objeto de vários estudos preocupados com a luta pela terra. Sem dúvida, estes estudos oferecem importante contribuição para o entendimento da realidade recente deste assentamento. Os pesquisadores ao tratarem da temática mencionam a sua origem a partir de um processo de crise vivido pela Usina Tamoio, antiga proprietária das terras onde está instalado. Este registro é fundamental.

A história do Assentamento Bela Vista do Chibarro, do espaço no qual se encontra, comporta, no entanto, outro tempo. Tempo em que aquelas terras pertenciam à Usina Tamoio. Tempo marcado na memória e na vida de muitos sujeitos: homens e mulheres, que trabalharam, moraram e viveram nessa usina.

Se o Assentamento Bela Vista do Chibarro é hoje um dos mais importantes do estado de São Paulo, com uma estrutura que o diferencia de outros projetos do tipo, isso resulta da herança obtida da Usina Tamoio. Hoje, novas personagens habitam, trabalham e vivem no lugar. Uma nova história foi e está sendo produzida. Esta história, contudo, não se fez e não se faz no vazio, mas em um espaço determinado, construído por sujeitos concretos que viveram ali tempos cruciais de suas existências. Se este assentamento é hoje o que é,

existe na sua história outra história. História que marcou corpos e almas. História de trabalho, de vida, de lutas... Que se funde e se confunde com a história da empresa – a Usina Tamoio.

Assim, compreender o assentamento Bela Vista do Chibarro nos dias atuais implica em voltar no tempo, em um passado não muito distante e buscar nos sujeitos que trabalharam, moraram e viveram na Usina Tamoio, em suas memórias, as suas experiências. Experiências em um tempo, recordações de uma vida.

Este é o objetivo deste trabalho. Resgatar um pouco da história da Usina Tamoio, e por consequência do Assentamento Bela Vista do Chibarro em tempos anteriores. O esforço de análise aqui empreendido compreende uma tentativa de restabelecer o vínculo entre passado e presente. Com o olhar no passado, procura-se compreender a realidade da Usina Tamoio e do Assentamento Bela Vista do Chibarro hoje. Para isso buscou-se nos sujeitos, em suas recordações e representações a matéria-prima que permitiu re-tecer, com os fios da memória, um pouco de uma história que compreende tempos diversos. Ligados entre si, mas que carregam marcas distintas.

Este trabalho trata, portanto, de dois tempos: o tempo em que a Usina Tamoio esteve sob o controle acionário da família Morganti, de 1917 a março de 1969, e o tempo que ficou conhecido com o período Silva Gordo, de março de 1969 a meados de 1982. O tempo Morganti, todavia, compreende duas fases: a primeira situa-se entre a aquisição da usina por Pedro Morganti em 1917 e vai até agosto de 1941, quando ocorre o seu falecimento e a segunda vai de agosto de 1941 até março de 1969, período em que a administração da empresa ficou sob o comando dos filhos de Pedro Morganti, especialmente na pessoa do senhor Hélio Morganti. O tempo Morganti, em suas duas fases, é privilegiado na análise. É nesse período, mais precisamente até a década de 50, que é construído o Império Tamoio.

Desta forma, procura-se compreender a constituição desse Império em seus aspectos objetivos e subjetivos, resgatar a história por meio do complexo feixe de relações e atividades que cercavam aquele mundo e a vida das pessoas que lá viviam e trabalhavam, recuperar fatos e acontecimentos, esquemas vividos e compartilhados.

Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa de caráter qualitativo que incluiu fontes diretas e indiretas, além de um sistemático levantamento bibliográfico. Essa pesquisa realizada no período de 1988 a 1993, por ocasião do curso de mestrado em Sociologia, contou com 27 (vinte e sete) entrevistas semi-estruturadas, sendo 26 (vinte e seis) com trabalhadores e moradores, que

ocupavam níveis hierárquicos diferentes na estrutura produtiva e administrativa da usina e 1 (uma) com o senhor Hélio Morganti, antigo usineiro. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente tiveram os seus conteúdos analisados. Além disso, a pesquisa incluiu análise de documentos da usina, levantamento de processos trabalhistas em arquivo da Justiça do Trabalho, consulta a publicações da Revista Umarama, órgão de divulgação interna da usina e análise de material jornalístico, particularmente publicações do período da greve da empresa em 1982.

A porta de entrada para a pesquisa foi um conjunto de entrevistas com um grupo de antigos trabalhadores e moradores da Seção Bela Vista, na maior parte antigos colonos de cana, que ao sair da usina no início dos anos 60, fixaram moradia em um bairro periférico na cidade de Araraquara/SP, onde a pesquisadora também morava. Nesse momento, o objetivo era investigar o trabalho no sistema de colonato. A partir desse primeiro contato, a forte vinculação com o antigo local de moradia manifestada pelos trabalhadores, com constantes retornos em eventos que lá aconteciam: bailes, festas entre outros, chamou a atenção. Assim, a pesquisa foi redefinida, especialmente as entrevistas, quando procurou-se indagar exatamente sobre o trabalho e a vida naquele local (Seção Bela Vista) e na Usina Tamoio como um todo. As descrições da usina e da seção Bela Vista como um lugar privilegiado para trabalhar, morar e viver apareceu nos discursos desses antigos trabalhadores e moradores, enfaticamente. A vida entre muito trabalho era descrita como um tempo bom. Depoimentos emocionados indicavam saudades e um subjacente sentimento de perda de um tempo de sociabilidade e solidariedade irrecuperáveis. A partir disso, e em função da proposta de estudo, a pesquisa, em particular as entrevistas, procuraram indagar sobre as representações que os trabalhadores e moradores faziam a respeito de uma realidade próxima do seu cotidiano. Suas experiências de vida e de trabalho, os momentos vividos, suas lembranças foram enfocadas sem dicotomizar objetividades/subjetividades. Os aspectos retidos pelos trabalhadores e moradores, as lembranças do passado como um tempo das festas, dos bailes, da fatura, do futebol, das relações de vizinhança cordiais, enfim da alegria reinante no interior da usina continuaram a aparecer, caracterizando aquele espaço como um lugar privilegiado para se trabalhar, morar e viver – um "paraíso".

## **Percurso Teórico**

Nas descrições dos trabalhadores e moradores, o mundo da Usina Tamoio

apareceu como um mundo no qual vida e trabalho se confundiam. Na luta cotidiana, tempo de vida e de trabalho eram momentos indissociáveis. Era em torno do mundo do trabalho que tudo girava: família, lazer, sociabilidade, representações.

Ao serem questionados sobre o trabalhar e viver na Usina Tamoio, os trabalhadores e moradores enfatizavam a complexa rede de relações sociais subjacentes à produção do açúcar, relações estas produzidas e reproduzidas não só no espaço de trabalho, mas também no espaço da moradia, espaço reprodutivo, caracterizando a Usina Tamoio como um lugar privilegiado de relações, de vida e de trabalho. Isso apontou para um tipo de dominação específica interiorizada e legitimada pelos sujeitos. Esta dominação se apoiava não apenas em operadores materiais enfaticamente destacados, mas também em aspectos simbólicos.

A partir dessa observação, a interpretação desse mundo e da sua complexidade impôs desafios analíticos. Como dissecar as relações constitutivas desse Império do Açúcar sem cair em categorias estáticas? Como compreender as formas de ser de um sistema de dominação específico a partir das experiências vividas pelos sujeitos? Como entender as relações de sujeição e as perspectivas de contestação em um terreno que, embora descrito como um paraíso, revelava momentos de resistência, portanto, de contradição e de luta?

Na busca de compreensão da complexidade desse mundo, da ampla rede de relações sociais que lá eram produzidas e reproduzidas procurou-se não amordaçar o objeto em rígidos esquemas teóricos. Tentou-se dirigir um olhar sociológico para a tessitura das relações constitutivas dessa usina a partir, mas não exclusivamente, de todo um trabalho de investigação voltado à análise dos olhares e representações dos seus trabalhadores e moradores, que expressavam o tempo trabalhado e vivido na Usina Tamoio como um tempo bom. Assim investigou-se sobre formas de dominação como o sistema fábrica-vila operária, para o que os trabalhos de Blay (1980), Leite Lopes (1978; 1979; 1986; 1988), Alvim (1984) foram de extrema valia. O entendimento da questão do poder nas organizações também foi de extrema importância, tendo sido utilizado para isso particularmente a obra de Pagés et al. (1990).

A percepção da existência de um sistema de dominação específico remeteu aos estudos de Weber (1969), mas especialmente de Bourdieu (1974; 1989) para quem a dominação não é consequência de uma vontade única e central, mas comandada dos dois lados. A respeito da contribuição que dão os agentes ao exercício da dominação Bourdieu assim se pronuncia:

Ao atribuímos, como faz o mau funcionalismo, os efeitos de dominação a uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e às expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido. A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente. É assim, porque os fins ditos objectivos, que só se revelam, no melhor dos casos, tarde demais e do exterior, nunca são apreendidos e postos como tais de modo imediato, na própria prática, por nenhum dos agentes, nem mesmo pelos mais interessados – aqueles que teriam mais interesse em fazer deles os fins conscientes – quer dizer, os agentes dominantes. A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção objectiva, espécie de orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre o que estes são e o que fazem, entre a sua 'vocação' subjectiva (aquilo para que se sentem 'feitos') e a sua 'missão' objectiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhes pede para fazer, concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem 'no seu lugar', de fazer o que se tem que fazer, e de fazer com gosto - no sentido objectivo - ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz (BOURDIEU, 1989, p.86-87).

O conceito de dominação, como é tratado por Bourdieu, ofereceu importante contribuição para o entendimento do que acontecia na Usina Tamoio, porém, ainda no esforço de explicação permanecemos na "encruzilhada do labirinto". Para sair dessa "encruzilhada" recorreu-se a Thompson e ao conceito "que faltava", ou ao "termo ausente": a "experiência humana". Segundo Thompson,

Os homens e as mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos' livres, mas como pessoas que experimentam suas situações relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa

experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre suas situações determinadas (THOMPSON, 1981, p.182).

O conceito de experiência permitiu alcançar a "estrutura transmitida em processo e reinserir o sujeito na história" (D'AQUINO, 1992, p.23).

A experiência diz Thompson:

[...] foi, em última instância, gerada na 'vida material' foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o 'ser social' determinou a consciência social. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer 'agora', 'manipula' a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação (THOMPSON, 1981, p.189).

Ao articular experiência e cultura, a autor chega a um ponto de junção e diz:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p.189).

O conceito de experiência, tal como elaborado por Thompson, permitiu analisar o viver na Usina Tamoio. Um viver que não estava desligado do trabalho; ao contrário era o trabalho que o determinava, não em suas objetivações, mas na forma de apelos e apegos passados aos seus trabalhadores e moradores. É na experiência dos sujeitos, nas memórias e representações que faziam desse viver indissociado do trabalho que busca-se a explicação da história. Entende-se que é a realidade social própria que articula a memória, as representações, e são os próprios sujeitos que contam suas experiências, nas suas próprias vozes.

A formulação de Marx de que "os homens fazem a sua história" não pode ser

vista num prisma teleológico, mas é preciso considerar esse homem, dentro do universo concreto no qual está inserido, pois abstraindo-se do concreto tudo o que tem de concreto, corre-se o risco de reduzi-lo ao abstrato (MARX, 1978).

A experiência, continua Thompson, surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento:

Surge porque homens e mulheres (...) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. A experiência 'compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento' (THOMPSON, 1981, p.16).

Seguindo os ensinamentos de Thompson (1981, p.188-189) procurou-se:

[...] examinar todos os sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência encontra realização e expressão [...] parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo em que em sua totalidade, compreende a 'genética' de todo processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classes peculiares) sua pressão sobre o conjunto.

### **Usina Tamoio: a Construção do Império**

A Usina Tamoio está localizada em Araraquara, município do interior paulista. Adquirida por Pedro Morganti, imigrante italiano, em 1917, quando ainda era um pequeno engenho denominado Engenho Fortaleza, esta usina viveu a sua fase áurea na década de 1950, quando se destacou na indústria sucroalcooleira da região, do estado de São Paulo e do Brasil.

O Engenho Fortaleza ao ser adquirido por Pedro Morganti apresentava um prédio industrial e em seu entorno benfeitorias como a construção de algumas casas. A área da propriedade, na ocasião, em torno de 2.000 alqueires, compreendia o que hoje é ocupado pela sede industrial e as já extintas seções: Chibarro, Salto e parte Mantuana. Na época, a propriedade estava sendo ocupada com os cultivos de cana-de-açúcar e café.

A partir da aquisição desse Engenho, Pedro Morganti, grande empreendedor,

passou a investir em capital constante e a incorporar no patrimônio já existente tecnologias nacional e estrangeira, o que permitiu a ampliação do parque industrial. Esta ampliação, conjugada com a absorção de grandes extensões territoriais, antigas fazendas cafeeiras, e uma ampla organização social, fizeram da Usina Tamoio a maior organização industrial do Grupo Morganti<sup>2</sup>, assegurando-lhe índices elevados de produtividade e posição privilegiada no mercado de açúcar. Na década de 1950 era destacada como modelo no Brasil e na América do Sul.

No período que se estende de 1917 até a morte de Pedro Morganti em agosto de 1941, a extensão territorial da usina, provavelmente favorecida pela crise cafeeira, foi ampliada para aproximadamente 5.000 alqueires. A expansão industrial acompanhou a agrícola.

Em dezembro de 1941, de acordo com dados publicados na Revista Umuarama, seu órgão de divulgação interna, a Usina Tamoio era constituída pela sede industrial e pelas seguintes seções agrícolas: Santa Elza, Salto, Mantuana, Jacaré, Morro Azul, Serra D'água, Bela Vista, Aparecida e Andes, numa extensão territorial de 5.046.795 alqueires. Mais tarde foram adquiridas as seções Banhadinho, Lucânia, Santa Inês, São Carlos, Barreiro, Chibarro, Mariza, Santa Beatriz, Marilú e Santa Joana.

Dentre essas seções, a Bela Vista constituía uma das maiores e melhor organizadas. Sua bem estruturada organização material e social apenas ficava a dever à sede industrial, onde se observava uma estrutura tipicamente urbana. Distante da sede industrial 12 quilômetros, aproximadamente, na Bela Vista casas, igreja, escola, clube recreativo, ambulatório médico e outros equipamentos, que se misturaram com a antiga estrutura de uma fazenda cafeeira, permitiam que a vida acontecesse em meio a muito trabalho, mas também muito prazer e realizações.

Os trabalhadores e moradores, até hoje, descrevem os tempos trabalhados e vividos na seção Bela Vista, ligada à Usina Tamoio, como um tempo memorável. Bailes, inclusive carnavalescos, festas, jogos de futebol nas alegres tardes de domingo, quermesses, novenas, outros eventos profanos e sagrados, e ainda as boas relações de amizade, permeavam um tempo de muito trabalho, mas também de alegria, prazer e satisfação, produzindo a percepção do espaço daquele e da

---

<sup>2</sup>Além da Usina Tamoio o grupo Morganti era proprietário da Usina Monte Alegre em Piracicaba e também possuía empreendimentos ligados à refinação de açúcar em São Paulo.

usina como um todo como um paraíso e o tempo vivido e trabalhado na empresa como um tempo bom. Tempo em que "A gente era feliz e não sabia", como afirmou uma antiga trabalhadora.

## **O Período do "Velho Morganti": a construção da ideologia da grande família**

Evidentemente esta maneira de perceber o espaço, a vida e o trabalho na Usina Tamoio, bem como a construção do Império tem que ser pensada em relação a forma como Pedro Morganti conduzia suas ações e principalmente as relações de trabalho na empresa. Como os burgueses de sua época, procurou difundir entre seus trabalhadores e moradores a ideologia do trabalho como fundamento da riqueza. Sua história, envolta por um simbolismo mitológico, procurava realçar a imagem de um trabalhador dedicado que enriqueceu graças ao seu trabalho. Reproduzida em monumentos, retratos e discursos, a imagem desse empresário, como um homem trabalhador e guerreiro exercia sobre os trabalhadores e moradores a força de um poder simbólico<sup>3</sup>.

Pedro Morganti – o "Velho Morganti", como era chamado pelos trabalhadores, "cuidava do que era dele"<sup>4</sup>. Circulando pela usina, por todas as seções, entre os trabalhadores e moradores, procurava provê-los em suas necessidades materiais e espirituais. Desta forma, era visto por todos como um pai generoso. A atenção que dedicava a todos, sobretudo aos menos favorecidos, incluía visitas em suas residências e o interesse por seus problemas pessoais e familiares. A generosidade que não vinha somente do empresário, mas também de sua esposa – Dona Gianina – sua acompanhante nas visitas às casas dos trabalhadores e andanças pela usina, produzia a idéia de que o casal patronal, como pais generosos, cuidava de seus "filhos" particularmente nos momentos de crise, doença, morte, mas também nas festas.

Especialmente na época de natal oferecia presentes e outras prendas às crianças e pessoas idosas. Os trabalhadores ao relembrem esse tempo enfatizam as generosidades vindas dos patrões. Os presentes natalinos são destacados como a "rememoração nostálgica" de uma modalidade de dominação tradicional que inclui contato pessoal e oferecimento de presentes, o que constitui parte

---

<sup>3</sup>Muitos trabalhadores mantinham em suas casas, em lugar privilegiado (paredes das salas), o retrato de Pedro Morganti.

<sup>4</sup>Expressão usada por um trabalhador entrevistado.

importante para a interiorização dessa forma de dominação pelo grupo dominado. Diante de uma situação de vida, às vezes precária, essas práticas criavam e deviam sustentáculo à formação de uma ideologia do trabalho que ao conjugarse com a figura do "bom patrão" garantia trabalho obediente e disciplinado, cuja legitimação e valorização pode ser percebida no depoimento que segue:

Principalmente nessa época agora (mês de dezembro, época da realização da entrevista) ele (o patrão) corria todas as seções prá ver os mais necessitados prá presente de natal. Olha bem, o casal de velhos! Agora era a época (...) Chegava essa época agora, os velhos chegou em casa de família por família prá ver a necessidade. Prás crianças era brinquedo, pros velhos, os mais idosos cobertor (...) As viúvas ganhavam... as velhas ganhavam cobertor de presente de natal. Presente de natal era cobertor, roupas... Vinha aqueles caminhão, aqueles caminhão lotados. Então tinha uma enorme festa mesmo! Podia comer, beber à vontade. Diversão tinha várias entendeu? E prá pessoas que às vezes não tinha roupa prá vestir eles fornecia (...) Eles conheciam as famílias que eram mais prejudicadas em doença e não podiam trabalhar, mais gente prá tratar em casa, então ..." (ex-colono).

Essas práticas paternalistas e clientelísticas com as quais Pedro Morganti conduzia as relações de trabalho foram de extrema importância para a construção da ideologia da grande família, mas não suficientes. A construção de uma ideologia do trabalho compatível com as necessidades da acumulação do capital exigiu ainda investimentos que procuraram respaldar as demandas sociais da população trabalhadora e de seus familiares.

Com aproximadamente 3.000 empregados fixos e suas famílias, na sua fase áurea, a usina abrigava um contingente de moradores que variava entre 7.000 a 10.000 habitantes<sup>5</sup>. Compunham essa população trabalhadores ligados à agricultura, à industrialização e ao setor de transportes, sendo eles: colonos de cana, assalariados agrícolas, operários de fabricação e de manutenção, empregados da administração, escritórios, transportes, inclusive ferroviário<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup>Há informações não comprovadas de que a usina chegou a abrigar de 12.000 a 15.000 pessoas em seu território.

<sup>6</sup>A usina mantinha em suas terras uma linha férrea que era utilizada para o transporte da cana-de-açúcar (matéria-prima) até a moenda.

No aparelhamento da usina para o atendimento das demandas sociais dos trabalhadores, a aquisição de antigas fazendas cafeeiras para transformação de suas áreas em canaviais possibilitou o reaproveitamento da infra-estrutura já existente. Além disso, mais casas foram construídas, constituindo um conjunto de aproximadamente 1.500 casas, que serviam de residência para as famílias moradoras, divididas entre os setores agrícola e industrial. A usina contava ainda com o "Pavilhão" e a "Ilha" – alojamentos onde ficavam instalados os trabalhadores solteiros e os migrantes nordestinos, respectivamente.

Nesse sistema de trabalho, no qual a mão-de-obra é contratada e alocada com base na família e não em trabalhadores individuais, como anota Leite Lopes, a casa e as concessões que giram em torno dela são condição determinante para que o trabalhador, chefe de família, decida por trabalhar e continuar na empresa (LEITE LOPES, 1988).

Foi pensando nisso que Pedro Morganti, desde muito cedo, procurou prover a usina com os equipamentos necessários para a fixação da mão-de-obra no local. Em 1918, instituiu o atendimento médico domiciliar, que mais tarde foi ampliado com a construção de ambulatórios médico e odontológico, farmácia e atendimento farmacêutico, além da manutenção de convênios com hospitais de Araraquara (Santa Casa de Misericórdia Santa Isabel) para internações e convênios com médicos de especialidades diversas: oftalmologista, otorrinolaringologista, clínica geral etc.

Também o setor de educação recebeu a atenção do empresário. Desde a década de 1930, a Usina Tamoio mantinha em seu território um grupo escolar e seis escolas isoladas. Uma complexa rede cercava o sistema educacional na usina incluindo a instituição de merenda escolar (sopa), desde 1941, concessão de Bolsas de Estudo e curso ginásial, que será tratado mais adiante.

Para atender os trabalhadores e moradores em suas necessidades materiais, a usina, desde muito cedo, instituiu o sistema de armazém na sede industrial, além de lojas de tecido, de armarinhos, açougue e outros equipamentos.

No setor de esporte e lazer, na gestão de Pedro Morganti, foram construídos campos de futebol<sup>7</sup>, mais tarde incrementados com a construção do grande Estádio Esportivo "Comendador Freitas", que será objeto de comentários posteriores, campos de bocha e outras modalidades esportivas. Bares e clubes

---

<sup>7</sup>O Tamoio Futebol Clube foi fundado em 1928.

recreativos também estavam presentes neste universo<sup>8</sup>.

A vida religiosa também começa a ser organizada desde essa época com construção de capelas na sede industrial e nas seções agrícolas.

Esse padrão de organização que incluía ainda banda de música dentre outros equipamentos era necessário para a consolidação desse sistema de dominação, mantendo as "casas sempre cheias", como afirmou Hélio Morganti, o usineiro entrevistado.

### **O Período dos Filhos do Morganti: o auge**

Com o falecimento de Pedro Morganti, em agosto de 1941, seus filhos assumem a administração da usina. Esta fase, como citado, é personificada especialmente na pessoa de Hélio Morganti, que o ocupava o cargo de Diretor Administrativo.

Os filhos de Pedro Morganti procuraram, com pequenas modificações, dar continuidade à política de trabalho do pai. Nesse período, mantêm-se o relacionamento pessoalizado e paternalista, porém, agora, maior distanciamento marca as relações entre patrões e empregados, aproximando-se ao que no sentido weberiano se equipara ao sistema de dominação burocrático-patrimonial.

Nesse momento, a presença menos frequente dos patrões entre os trabalhadores e moradores é interpretada como "abandono", "descuido". O fato de Hélio Morganti residir em São Paulo e deixar a usina sob o comando dos empregados – a "chefaiada" – como se referem os trabalhadores àqueles que compunham a hierarquia da usina, é percebido como uma atitude de quem deixa de "cuidar do que era dele", como revela o depoimento que segue:

Depois ele (Pedro Morganti) faleceu e ficou por conta dos filhos, e os filhos sabe como que é, eles tinha a riqueza, eles não incomodava com aquilo e deixava nas mãos dos empregados. Eles ia na fazenda uma vez por mês só. Os empregados que faziam tudo que queriam (...) deixou por conta dos empregados (ex-tratorista).

Ocorre nesse período um processo de profissionalização da administração da usina e, por consequência, maior racionalização das relações de trabalho.

---

<sup>8</sup>Na Usina Tamoio existiam dois clubes recreativos: O "Cruzeiro" – clube dos brancos e o "Rancho Alegre" - clube dos negros.

Paralelamente a isso, a usina vive um momento de grande expansão, tanto em seu parque industrial como em sua organização social, favorecida, provavelmente, pelo Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) de 1941 e pelo Decreto-Lei no. 6969, em 1944<sup>9</sup>. Nesse momento, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)<sup>10</sup>, sob a rubrica de "Assistência Médico-Legal", criava subsídios para a ampliação dos serviços de assistência à produção sucroalcooleira. Ainda, como indica GNACARINI (1972), a reação neoliberal e a política livre cambista dos usineiros paulistas, empreendida contra a política dirigista do IAA, favorece o crescimento das usinas paulistas, no período de 1946 a 1950.

Entre o final dos anos 1940 e anos 1950, a Usina Tamoio atingiu sua fase mais pujante. Em 1943 tem início a construção da suntuosa igreja de São Pedro<sup>11</sup>, mandada erigir pelos filhos em homenagem ao pai. Com a construção dessa igreja, cuja consagração ocorreu em 1945<sup>12</sup>, as atividades religiosas, que antes estavam restritas à capela da sede industrial, foram incrementadas e estendidas para as outras seções agrícolas. Com a instituição das irmandades religiosas: Santíssimo Sacramento, Congregação Mariano, Filhas de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Irmandade de São Benedito, além das já tradicionais práticas religiosas, tais como batismo, crisma, casamento, missas e comunhão, a igreja se consagra como um espaço privilegiado de relações, amplamente estimuladas pela direção da empresa. Ainda, com parte significativa da vida social acontecendo em seu redor, a igreja de São Pedro se transformou no maior símbolo da usina. Sua suntuosidade e beleza, destacada não apenas pelos trabalhadores e moradores, mas também por pessoas que visitaram a usina, naquela época e que a visitam ainda hoje, faziam e fazem da igreja de São Pedro a expressão máxima do poder daquele grupo usineiro<sup>13</sup>.

Nessa fase, o setor educacional assiste também grande ampliação. Das seis

---

<sup>9</sup>Dispõe sobre os fornecedores de cana e dá outras providências.

<sup>10</sup>O IAA foi extinto pelo presidente Fernando Collor de Mello no início dos anos 1990, como parte da política neoliberal que começa a ser implantada no Brasil desde então.

<sup>11</sup>Esta igreja, depois de construída passou a ser considerada a mais rica da Diocese de São Carlos. Hoje, é em torno da igreja que os antigos trabalhadores e moradores retornam à usina no dia da Festa de São Pedro que ocorre anualmente, mesmo a usina pertencendo a um novo grupo usineiro – Grupo Raízen.

<sup>12</sup>Administrava a igreja dois padres residentes na usina, assessorados por uma equipe de vinte coroinhas e dois capelões.

<sup>13</sup>É histórica a passagem pela Usina Tamoio de pessoas ilustres como os ex-presidentes da República Juscelino Kubsticheck e Jânio Quadros, além de Pelé e outros famosos.

escolas isoladas construídas ainda na gestão de Pedro Morganti, duas são elevadas à categoria de Grupo Escolar: a da seção Bela Vista e a da seção Jacaré –, completando um conjunto de três grupos escolares e nove escolas isoladas.

O ensino noturno como forma de redução do analfabetismo existente no território da usina; a extensão da sopa escolar, já oferecida aos alunos da sede industrial desde 1941, aos das seções agrícolas; a criação do "Jardim da Infância do Seu Hélio"; e a instituição do "Ginásio Estadual da Usina Tamoio", que começou a funcionar em meados da década de 1960, completaram o amplo sistema educacional que a usina sustentava, propiciando aos jovens, tanto da sede industrial como das seções agrícolas, maior acesso ao ensino ginásial, atual ensino fundamental, e ampliando as oportunidades de estudos para aqueles que não eram contemplados com a Bolsa de Estudos oferecida pela usina<sup>14</sup>.

Também nesse período mais casas foram construídas para servir de residência aos trabalhadores e suas famílias, aperfeiçoando-se, ainda, os serviços de infraestrutura básica, com a extensão de melhorias da rede de água, energia elétrica e esgoto<sup>15</sup>. Os serviços de assistência médica e hospitalar, odontológica, farmacêutica, à maternidade e à infância foram ampliados com a construção de um centro de puericultura que oferecia atendimento pediátrico e fornecimento de leite às crianças até um ano de idade.

No setor industrial, em 1951, a usina adquire e instala uma moenda FULTON de seis ternos, importada dos Estados Unidos e o que havia de mais moderno para a época. Essa moenda, primeira do tipo no Brasil, permitiu que, definitivamente, a usina conquistasse hegemonia no mercado açucareiro. A bem estruturada organização industrial, com utilização de tecnologia avançada, conjugada à ampla organização social caracterizou o pioneirismo desta usina na indústria sucroalcooleira de São Paulo, assegurando-lhe, ainda, na década de 1950, como já destacado, a posição de usina modelo do Brasil e da América do Sul.

Com toda esta ampliação, a Usina Tamoio, que no âmbito municipal já ocupava posição de destaque desde a década de 1920<sup>16</sup>, passou a ser ainda mais destacada. Na medida em que seus lucros eram redistribuídos em atividades de

---

<sup>14</sup>É importante destacar que a Bolsa de Estudos oferecida pela usina contemplava especialmente os filhos dos empregados da administração.

<sup>15</sup>Em 1951 foi concluída a construção de um bloco de 50 casas na sede industrial.

<sup>16</sup>MARTINEZ CORREA, Ana Maria, em seu trabalho sobre a história social de Araraquara, destaca a Usina Tamoio como a maior e mais importante indústria açucareira da cidade e região desde 1926.

cunho assistencial e cultural na cidade de Araraquara, que vinha de um período de retração na sua expansão urbano-industrial, a Usina Tamoio e seus dirigentes passaram a gozar de grande prestígio na sociedade araraquarense e na comunidade industrial local<sup>17</sup>.

Nos últimos anos da década de 1940, até o final da década de 1950, registram-se, ainda, ampliações em sua organização industrial e social, com a construção de oficinas mecânicas, implementação das atividades de assistência material, médica, religiosa e recreativa, com o equipamento de um armazém de fornecimento e um ambulatório médico na seção Bela Vista, em 1950 e 1958, respectivamente, aquisição de uma ambulância, em 1948, construção de um prédio para funcionamento do Círculo Operário Católico (COC), em 1951, construção de um campo de pouso para aviões de pequeno porte, em 1958; construção da capela de Santa Elza, na seção do mesmo nome, em 1960, organização de uma biblioteca e construção de uma sala de projeções de filmes e apresentações de peças teatrais na sede industrial. No conjunto de ampliações ocorridas nesse período, a construção de um grande estádio – o Estádio Esportivo "Comendador Freitas" – também na sede industrial, incrementando as atividades esportivas e recreativas representou, segundo os dirigentes da empresa, "mais um passo na política de assistência ao trabalhador".

O Estádio Esportivo "Comendador Freitas" foi palco de grandes jogos e torneios esportivos. A presença de personagens famosas do mundo futebolístico, como Pelé marca a história deste estádio. Também a passagem de políticos importantes para a história do Brasil, como Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek é destacada na história dessa usina<sup>18</sup>.

Ainda, outros equipamentos tais como padaria, loja de ferramentas, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteria, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência postal, serviço telefônico, um serviço de ônibus que ligava a cidade de Araraquara à Estação de Tamoio, em horários compatíveis com os trens da Cia

---

<sup>17</sup>Data do final dos anos 40 e anos 50, a intensa colaboração da família Morganti com obras de ampliação da Maternidade Gôta de Leite de Araraquara e Asilo de Mendicidade, construção de um prédio para funcionamento do Posto de Puericultura na Vila Xavier, Construção da Escola de Belas Artes de Araraquara, além de outros patrocínios na área cultural.

<sup>18</sup>A Usina Tamoio era passagem necessária para políticos e outras pessoas ilustres que visitavam Araraquara.

Paulista de Estrada de Ferro e hospedaria, atribuíam à usina, em particular à sua sede industrial, características urbanas. Esse "aparato institucional"<sup>19</sup>, fortemente estruturado, assegurava que todas as condições e necessidades de reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias fossem satisfeitas no interior da usina, permitindo, ainda, que todo o ciclo de vida dos trabalhadores e suas famílias se passasse em seu território e sob o olhar vigilante do patrão. Deslocar-se de lá, conforme afirmam os trabalhadores e moradores, era necessário apenas para registrar um filho, ou visitar um parente que morasse em outra localidade; coisa rara, aliás, pois toda, ou quase toda a família dos trabalhadores morava na usina. Muitos nasceram, cresceram e se lá não passaram toda sua vida, ao menos parte significativa de suas histórias está ligada à usina.

Ainda no setor industrial houve a construção da Ponte sobre o Rio Jacaré para a expansão da Estrada de Ferro até Guarapiranga, finalizada em 1958, expandindo assim a rede de estrada de ferro que servia às lavouras de cana da usina.

Toda essa organização reforçava a percepção daquele mundo como um lugar ideal. A manutenção pela empresa de uma organização com promoção do prazer por meio do lazer e garantias de sobrevivência estimulava o trabalho, ao mesmo tempo em que dissimulava o controle que perpassava o seu sistema de dominação. A manutenção dos trabalhadores em verdadeiras colônias, conjugada com toda essa organização social, além de outras concessões extra-monetárias, pode ser entendida como expressão das formas utilizadas pela usina para a fixação de sua força de trabalho, num ambiente controlado, regrado e disciplinado. Isso implicou na percepção dos trabalhadores como elementos subordinados na estrutura organizacional e na justificação do sistema de dominação.

*"Você tinha tudo!", "Lá tinha tudo!", "O Morganti dava tudo"*. Frases como estas, invariavelmente repetidas pelos trabalhadores, revelam a boa aceitação das práticas patronais como "dádivas".

Na Usina Tamoio, esperava-se que os trabalhadores trabalhassem e eles próprios se sentiam comprometidos com a expectativa que sobre eles era imprimida. Mostravam-se assim conformados e, até certo ponto, pode-se dizer que contribuíam para o exercício da sua própria dominação, de forma consciente

---

<sup>19</sup>O uso do conceito de "aparato institucional" é feito por LEITE LOPES, José Sérgio em *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília/DF, Marco Zero/UNB, 1988.

ou não, por meio da relação que se estabelecia entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção e às expectativas de interesses inscritos nas suas posições no seio desse campo de luta (BOURDIEU, 1989).

A identificação do trabalhador com sua função, manifestada no sentimento de estar bem no seu lugar, de fazer o que tem que ser feito e fazer com gosto, é expressa pelos trabalhadores da Usina Tamoio, como o "amor de trabalhar", como mostra o depoimento abaixo.

Lá na usina a gente era tão alegre! Fiscal não precisava se preocupar que a gente trabalhava mesmo. Tinha amor de trabalhar. Hoje em dia, ninguém mais trabalha com amor. Só trabalha porque precisa do salário e a gente era o contrário. A gente não ligava prá dinheiro. A gente trabalhava porque gostava de trabalhar. Não estava preocupado em ganhar tanto. A gente tinha o que comer. Não tinha o luxo que tem hoje (...) A gente estava sempre cantando (...) a gente tinha remédio, tinha médico, hospital, tinha tudo"(ex-colona).

Ao colocar em ação o lado objetivado da história, construindo casas, prédios, monumentos etc, a usina ativava também o outro lado da ação histórica, a "história no seu estado incorporado"<sup>20</sup>.

### **Trabalhar e Viver na Usina Tamoio: "uma família só", a "irmandade"**

Tamoio na língua Tupi Guarani quer dizer o velho, o avô. Portanto, se ao batizar a usina com este nome Pedro Morganti desejou dar um sentido de unidade, experiência e sabedoria, como afirma Manoel de Ornellas – seu biógrafo – em boa medida seu sonho se tornou realidade. Com esse gesto, não era um simples nome que dava à usina. Nessa escolha repleta de significados e forte conotação familiar, elaborava um projeto, traçava um caminho a ser trilhado por uma empresa e por um povo. A usina Tamoio foi nas representações de seus trabalhadores e moradores uma "família só", uma "irmandade", a cujo pai generoso se devia

---

<sup>20</sup>Para BOURDIEU, "Toda ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc. e a história em seu estado incorporado, que se tornou um habitus" BOURDIEU (1989, p.82).

obediência e lealdade. Esta ideologia que procurava apresentar a usina como um espaço prolongado de uma grande família, ou "colméia de trabalho" perpassou todo o seu tempo de existência e deixou marcas profundas na memória e na vida dos seus antigos trabalhadores e moradores.

A grande família, como produção ideológica, não era, contudo, apenas fruto das idéias difundidas pela empresa. Na medida em que era compartilhada pelo conjunto dos trabalhadores e moradores encontrava os elementos necessários para sua elaboração e reprodução.

Desta forma, entender o trabalhar e o viver na Usina Tamoio significa entender toda a complexa organização social e familiar que a empresa sustentava. Mais que isso significa partir de um exame detalhado, que busque apreender todos os momentos constitutivos da vida naquele lugar, sem, contudo, perder de vista que vida e trabalho constituíam momentos indissociáveis. Significa, ainda, entrar pelo mundo da moradia procurando ver aquele espaço não apenas como lugar básico para a recomposição e reprodução da força de trabalho necessária a produção capitalista, mas também como espaço aglutinador de experiências vividas e sentidas, onde o dia a dia produzia muito açúcar e álcool, mas também alegria, satisfação, prazer.

A vida na Usina Tamoio era marcada pelo trabalho, pelo atendimento das necessidades básicas da família trabalhadora e por uma sociabilidade peculiar. Além do alimento tirado da terra ou dos armazéns mantidos pela usina, as festas, os bailes, os presentes de natal, o futebol, a religiosidade, a amizade e a solidariedade eram os ingredientes que nutriam uma vida farta e feliz e permitiam aos trabalhadores o enfrentamento do dia a dia dentro dos limites da exploração econômica. Eram esses, portanto, os elementos favorecedores do ocultamento da dominação e subordinação que pesavam sobre suas vidas.

Distribuído geograficamente no espaço, de acordo com a posição ocupada no processo produtivo, o contingente de trabalhadores e moradores era marcado por heterogeneidades e diferenciações. Se em um primeiro momento isto podia gerar afastamentos, conseqüentes da posição ocupada no espaço social, a aproximação desses diferentes segmentos passava a ser alimentada por elementos constitutivos da ideologia que apresentava o viver na usina em torno de um "nós", que parecia diluir as diferenciações. A grande família, na verdade, encontrava no cotidiano do trabalho um esforço deliberado de fazer-se, desfazer-se e refazer-se. Na medida em que todo o rendimento e crescimento da empresa eram atribuídos ao esforço conjugado de todos, portanto, do trabalho coletivo, a

função essencial dessa ideologia não era apenas mascarar as relações sociais de produção, mas reforçava a dominação e conseguia a exploração consentida dos trabalhadores.

A casa constituía o elemento central desse morar, viver e conviver. Era em torno da casa que girava trabalho, vida, lazer e representações. A ocupação da casa se dava correlata à inserção do trabalhador no processo produtivo. A maior ou menor prescindibilidade dos seus serviços, podendo resultar em convocação extra-horário para o trabalho, fazia com que a usina procurasse alocar nas casas mais próximas da fábrica os trabalhadores considerados imprescindíveis, enquanto os "prescindíveis" moravam em casas mais afastadas. Esse sistema de alocação da mão-de-obra e distribuição dos indivíduos no espaço, além de reforçar as diferenciações conseqüentes da inserção no processo de trabalho, garantia a sua reprodução nos espaços frequentados, como revelam os depoimentos que seguem:

A Bela Vista na verdade, eu acho que até mesmo antes de mim, ela era dividida em três partes: Existia um a parte que morava do grupo prá cima, tinha uma mentalidade; do grupo prá baixo era outra mentalidade e uma colônia ao lado, que era outra mentalidade. Nós, as crianças, nós não nos relacionávamos mais de maneira alguma com as crianças do lado de baixo. Existia diferença! Eu morava perto do bar. Então a parte de cima não se relacionava com as crianças da parte de baixo, em conseqüência das amizades dos pais! O pessoal que morava na minha rua era mais pessoal de mecanizada, fiscais... Então era um pessoal que ...era uma ... como que eu digo? Economicamente ganhava melhor do que o pessoal da parte de baixo. (ex- balanceiro)

Lá existia duas categorias, mas era... Então na época que eu cheguei, então se dizia: Salão dos brancos, salão dos pretos. Como de fato tinha dois salão. Mas era muito bonito, não tinha essa discussão. Os brancos sim! Os classe baixa era no salão dos pretos, vamos dizer, era o Rancho Alegre e a classe alta, naquele tempo era uma grande chefia, então os mais poderosos eram separados, mas só nos bailes. Agora no jogo de futebol e coisa lá era tudo igual. (ex-administrador).

Na lavoura, a forma de ocupação da casa seguia o mesmo critério adotado para o setor industrial. Com um projeto arquitetônico mais modesto, podendo

chegar ao limite da rusticidade<sup>21</sup>, as casas variavam em tamanho, possuindo de dois a dez cômodos e eram ocupadas obedecendo a relação: número de trabalhadores na família/número de cômodos.

Em fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, aproximadamente, a usina aprimora alguns serviços oferecidos aos seus trabalhadores e moradores. Nesse período verifica-se a extensão da rede elétrica, implantação de um sistema de fornecimento de água em grupo, construção de vascas (tanques) coletivas para a lavagem de roupa, além de melhorar as condições de saneamento implantando um sistema de esgoto doméstico corrente. Esse sistema de esgoto que passava por todas as casas das colônias, era despejado diretamente em um rio próximo. Com essas melhorias, a usina facilita a vida de seus moradores, especialmente das mulheres responsáveis pelas tarefas domésticas. A seção Bela Vista foi a que mais se beneficiou com esses melhoramentos. As outras seções agrícolas, por não apresentarem condições favoráveis, continuaram a utilizar o tradicional sistema de fossa externa. Esses novos equipamentos infra-estruturais, ao valorizar as condições de moradia e, portanto, o ato de morar e viver na Usina Tamoio contribuíram para reforçar o discurso positivo em torno da casa.

Nas representações dos trabalhadores, a casa é, de fato, o ponto de partida do bem morar e viver naquele local. Ao conceder moradia para a família trabalhadora, a usina se encarregava de todo o trabalho de sua manutenção e conservação. Uma vez por ano, as residências eram pintadas com cal e tinham feitos os reparos necessários. A limpeza das ruas e outros prédios garantia, de acordo com a percepção dos trabalhadores, uma paisagem higienizada e bonita<sup>22</sup>. Nos discursos dos trabalhadores, a casa e tudo que girava em torno dela foi amplamente ressaltado, demarcando o tempo da fartura com plena satisfação das necessidades de sobrevivência<sup>23</sup>.

O fornecimento de produtos pelo armazém também foi outro elemento

---

<sup>21</sup>Na sede industrial, as casas eram amplas e confortáveis. A maioria possuía instalações sanitárias internas e as dos empregados que ocupavam maior posição hierárquica tinham inclusive banheiro. Já nas seções agrícolas. Nos documentos e controles das casas são mencionadas casas cobertas com taboa e piso de chão batido.

<sup>22</sup>Os trabalhadores se referem a isso lembrando das casas "branquinhas e bem cuidadas", que davam aspecto de homogeneidade no espaço.

<sup>23</sup>Os trabalhadores da sede dispunham de quintal que favorecia a criação de animais domésticos (galinhas, porcos e até cabritos) e os da lavoura, além do quintal, dispunham também de área para a plantação de subsistência.

importante e amplamente destacado pelos trabalhadores e moradores:

E os armazéns nossos eram completos.. Nós vendíamos de tudo. Tudo o que você podia pensar: louça, ferragem, tecido, armarinho... Secos e molhados... Tudo! Tudo você entrava no armazém: do linho vagabundo até o linho 120 (...) Porque nós tínhamos todas as categorias.. Quer dizer do menor até (ex-gerente do armazém).

Porque o Morganti ele tinha toda a parte de fornecimento pro povo. O povo não precisava comprar nada fora né. Tudo lá tinha e usava uma caderneta. Agora a gente debitava naquela caderneta e era descontado no salário da gente; eles só fazia aquele pagamento do restante né (ex-colono).

O armazém, em conjunto com os outros equipamentos que a usina oferecia, atuava como um elemento de retenção da força de trabalho. Muitos trabalhadores, não conseguindo saldar, de um ano para o outro, tudo que o deviam no armazém, ficavam devendo. Esta dívida podia ser parcelada ou perdoada pelo patrão. Principalmente quando perdoada, produzia o sentimento de dever, obrigação, contribuindo para a fixação do trabalhador no local.

A assistência médica, o fornecimento de remédios através da farmácia, o lazer alimentado e controlado pela usina, assim como as festivas tardes de domingo passadas no grande Estádio Esportivo "Comendador Freitas" ou nos campos de futebol das seções agrícolas, os campeonatos inter-seções organizados pela usina, os bailes, as festas, o carnaval, a religiosidade, entre outros eram os elementos que asseguravam uma vida feliz, reforçando a eficácia deste sistema de dominação.

E a gente vivia bem lá. A gente era feliz e não sabia (...) Porque nós tínhamos médico (...) a gente tinha enfermeiro, tinha padaria, tinha açougue, tinha armazém, tinha loja de roupa, tudo o que você precisava você achava ali. Você tinha loja de ... a gente falava ferragem, mas é prá ... Coisas .... Utensílios domésticos, justamente ... tinha torrefação de café, tinha refinaria... O açúcar era refinado lá mesmo. Então a gente era super feliz, a gente criou os filhos (ex-colona).

E a festa de São Pedro e 1º de maio. Então essa era fora de série! Tinha toda quanto é diversão prá criançada brincar, todo esporte, tudo! Até a hora

do jogo que era a sensação prá todo mundo. Das 8 horas da manhã que acabava a missa até a hora do jogo era prá turma lá. Era jogo de seção. Começava às 8 horas, ia disputar o torneio de um com o outro, et. Era uma família desde as da sede até a última seção. Uma família só, né (ex-administrador).

Semana Santa era perfeita! Todo mundo saía de casa prá participar da Semana Santa. A procissão do enterro, em Tamoio, na Sexta feira da paixão, é inacreditável ! Porque hoje... Nós que contamos isso e vivemos... Era procissão quilométrica, era por quilômetro e todo mundo saía de casa. Aquele pessoal da seção vinha todos eles prá igreja. A usina punha condução, punha em cada seção, dois, três ônibus, vinha de caminhão. E eles queriam participar. Era uma maravilha ! Uma maravilha mesmo ! Você não vê mais isso hoje. Infelizmente! Porque o povo se sentia bem! Você olhava no povo de Tamoio, todo mundo sorria" (ex-gerente do armazém).

Ainda, a igreja, o clube, o cinema compunham uma corrente propiciadora de prazer, que só terminava com o trabalho. Um trabalho, entretanto, que não era percebido como uma atividade desgastante e penosa. Os vários elementos propiciadores de satisfação e prazer transformavam as longas jornadas de trabalho em um tempo vivido com alegria e trabalho realizado com amor.

### **A Crise dos Morganti**

No final dos anos 1950 e até meados dos anos 1960, em meio às ampliações a crise já se anunciava. Mudanças na agricultura da cana, com modernização tecnológica, imposição de novo padrão de organização do trabalho, contratação de técnicos especializados – os agrônomos –, marcam esse período. A instituição de um novo padrão de relações de trabalho mais racional rompe gradativamente com as relações de trabalho pautadas na pessoalidade e paternalismo. A empresa começa a promover um sutil processo de expulsão dos trabalhadores e moradores.

Na agricultura, acompanhando o novo padrão de relação de trabalho no campo, o sistema de colonato é extinto e os membros das famílias colonas transformados em assalariados agrícolas. No setor industrial, a usina deixa de empregar os filhos dos trabalhadores que se vêem obrigados a sair da usina para se empregar nas cidades vizinhas – Araraquara, Ibaté e São Carlos –, o que gera muito descontentamento por parte dos pais, que acompanham seus filhos,

passando a morar nestas cidades. Aos poucos as concessões vão sendo cortadas. Começa a ser cobrado aluguel das casas, energia elétrica, fornecimento de água. Os armazéns enfraquecem, se esvaziam, já não é mais possível conseguir ali tudo que os trabalhadores e moradores precisam para a sobrevivência. Aumenta a dependência da cidade.

Nesse contexto, as contradições começam a aparecer e alguns trabalhadores fundam um sindicato no interior da usina: o Sindicato da Indústria da Alimentação de Araraquara (STIAA), cuja origem se deu, portanto, na Usina Tamoio. Organizados no sindicato, muitos trabalhadores, insatisfeitos com as mudanças nas relações de trabalho, encaminham reivindicações pela via legal, fazendo aparecer os primeiros processos trabalhistas na Justiça do Trabalho, que se transformará no principal campo e cenário das lutas desses trabalhadores. Os processos se avolumam na Justiça do Trabalho anunciando o tempo que estaria por vir.

### **O Tempo Silva Gordo: outras relações, novas lutas**

Em abril de 1969, após um período de turbulências e de decadência anunciada desde o final dos anos 1950, a usina é transferida por meio de venda para o grupo Silva Gordo – forte detentor de capital financeiro.

As inovações promovidas pelo novo grupo proprietário, com aquisição de amplo maquinário para incrementar a mecanização da lavoura iniciada ainda no período Morganti, afetaram sobremaneira as relações de trabalho e aceleraram o processo de transformações que já vinha ocorrendo. Os principais postos de comando passam a ser ocupados por pessoas contratadas de outras organizações usineiras, medida adotada pelo novo proprietário para garantir eficiência<sup>24</sup>. Nesse momento, o modelo administrativo voltado à racionalidade rompe definitivamente com as antigas formas e relações de trabalho, como revela a fala do trabalhador abaixo transcrita.

Ah, você nem via a cara dele (do patrão) Eu que era fotógrafo, que estava em todas, se vi a cara do Silva Gordo umas três vezes vi muito! Ah! O Morganti vivia com ... via com eles lá, tratava de igual prá igual. Silva Gordo, que eu que estava em todas, eu consegui ver o homem três vezes! (ex-fotógrafo).

---

<sup>24</sup>Logo após a transferência da usina para o novo grupo proprietário, observa-se na Justiça do Trabalho uma série de acordos realizados com empregados que ocupavam posições-chaves na administração anterior.

Novas formas de controle, novos códigos intensificando o trabalho e a vigilância sobre os trabalhadores são implantados:

Agora no outro tempo modificou bastante. No tempo do Seu Silva Gordo, modificou muito, completamente! A mudança que houve era o seguinte: Eles chegaram lá, dizendo que eles tinham muito dinheiro prá organizar, que eles queriam serviço, mas também, eles queriam ... queriam muita ordem. Então eles puseram lá, aqueles guardas com jipe, correr lavoura, correr a noite, de dia... Até puseram o nome até de "Caravela" Tipo de polícia, tipo de polícia né. Nas seções todas puseram lá guardas nas seções... a noite... nas entradas... Puseram um policiamento, uma espécie de policiamento mesmo né. Aí modificou, o pessoal já não sentiu aquele conforto que existia no tempo do Morganti, ficou com um pouco de receio também né. Aí começou... modificou mesmo. Exigindo trabalho também, exigiram trabalho (...) Então começou complicar, exigir muito da turma, horário... e muita exigência mesmo, naquele tempo né. Agora começou aquela modificação completa mesmo, a mudança. Então o pessoal sentiram a mudança, teve muita mudança (ex-fiscal).

A imposição de uma política de trabalho compatível com nova orientação gerencial exigia ainda mais cortes nas concessões que giravam em torno da casa, promovendo a mercantilização da vida e tornando o dinheiro uma mercadoria imprescindível:

Fechou tudo aquilo lá. Aí era só dinheiro né. Você ia ficar sem pagamento que jeito ? (...) Cortou armazém, cortou bastante coisa né. E só tinha farmácia, tinha ambulatório médico.(...) Mudou porque virou uma guerra! Porque a maioria não tinha condições de comprar fora né, e ou outros não tinha jeito ... não sei, mudou o povo todo e virou aquele negócio. Aí começou a guerra (ex-eletricista).

O desmantelamento da cultura local exigiu medidas mais radicais. Houve um processo de expulsão e os primeiros a serem atingidos foram os trabalhadores mais antigos, portadores de estabilidade, que foram convidados a realizar acordos, muitas vezes bastante onerosos. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) instituído ainda no período Morganti se apresentou, nesse momento, como um instrumento extremamente útil para a exclusão dessa força de trabalho

enraizada, como denuncia ex-trabalhador abaixo:

Aí começou a chamar o cara prá assinar fundo de garantia. Ninguém queria assinar porque já tinha passado dez anos, quinze anos de serviço até aí. Ninguém queria fazer fundo de garantia, sem ganhar um pouco e eles começaram a querer tapear os outros (...) Aí a gente ficou pensando aquilo, pensando aquilo...trabalhando e cada dia encolhendo o serviço, porque aí a administração não concordava com o serviço da gente. A gente não concordava com o mandato deles. E vem um, troca outro e pior. Troca outro é pior. Eles manda de um jeito, a gente sempre trabalhou de um jeito, eles quer que trabalhe de outro, e a gente está vendo que está errado (...) Aí começou a chamar um. Aí vem um e diz: - "Eh cara, não tem acordo, o homem não qué dá nada! O homem que dá uma miséria prá mim! Eu tô aqui com vinte anos, dezenove anos de serviço aqui, vinte e o homem me dá isso! O que eu faço com esse dinheiro? (ex-mecânico).

Aceleraram-se nesse período as saídas dos empregados estáveis, com a realização de acordos para pagamento da indenização em parcelas que chegavam ao número de 12 (doze). Alguns, sentindo-se acuados, optaram "espontaneamente" pelo FGTS como forma de acelerar o processo de seu desligamento da empresa.

Eu optei porque eu queria ir embora, eu queria sair da usina. Justamente foi quando meu filho foi prá Rio Preto. Foi lá e participou de um concurso lá. Ele era menino...da Companhia Paulista de Força e Luz. Ele passou em segundo lugar, então ele foi trabalhar lá, e foi morar lá com um irmão meu. Então eu queria ir embora. Até eu optei pelo fundo de garantia de dar o direito deles me mandarem embora, eu optei em 69 (...) de livre e espontânea vontade (ex-encarregado de fabricação).

Aqueles que continuaram na empresa, sob a condição de estáveis, tiveram a opção pelo FGTS barganhada por melhores salários e ascensão profissional.

E depois começou a haver no fim, mas depois, bem depois do Morganti, então já começou a haver. O cara trabalhava no custo, trabalhava no ... quer dizer... correspondência, cada um fazia uma coisa. Então o cara trabalhava lá e o salário dele era igual, vamos dizer, encarregado de folha de

pagamento, ganhava igual o cara de custos, o mesmo salário. Então o cara do custos fez opção, ele tinha aumento de salário; o cara da folha não fez, ele ficava lá. Isso já foi no fim, mas já na época do Silva Gordo" (ex-encarregado de fabricação).

No processo de substituição da mão-de-obra agrícola por mão-de-obra temporária iniciado no período Morganti e acelerado no Silva Gordo com a mecanização da lavoura, a possibilidade de permanecer na empresa, vislumbrada por alguns trabalhadores, colaborou para que esses aceitassem o "convite" da empresa, optando pelo FGTS como forma de garantir o emprego, o que ainda era visto por eles como promoção<sup>25</sup>.

O fundo de garantia, por exemplo, em troca da mudança. Veja bem, em troca da mudança de serviço em 69. Eu saí da lavoura, prá entrar prá mecanização. Eu fui convidado a assinar o fundo de garantia ( ex-motorista).

Naquela época já existia o fundo de garantia, mas a gente era... (...) E eu desisti daquilo lá, daquele tempo de casa, que eu tinha direito, prá optar pela mecânica (ex-mecânico de manutenção).

Na Usina Tamoio, sob a administração Silva Gordo, esse processo, que começou ainda no período Morganti se intensificou, adquirindo em alguns casos caráter de violência explícita e perseguição sobre aqueles trabalhadores que optaram pela manutenção no regime antigo, conforme se verifica no relato desse trabalhador.

Quando o Silva Gordo comprou, ele mandou uma folha da nova lei do fundo de garantia prá passar na lei nova, do fundo de garantia, ele passou uma folha prá cada trabalhador, prá eles pôr o que eles quisesse ali sobre a transferência e mandar para o escritório.(...) Então eu não pus nada e devolvi

---

<sup>25</sup>O mecanismo de barganhar melhores salários e ascensão profissional dentro das empresas como forma de pressionar os trabalhadores a "optarem" pelo FGTS, abrindo mão do tempo de trabalho anterior, prática comum utilizada pelas empresas nos anos imediatamente após a promulgação da lei 5.107/66, que cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, foi analisado por Ferrante em sua obra intitulada FGTS: Ideologia e Repressão. São Paulo: Editora Ática, (Coleção Ensaios, 44), 1978.

e falei que não, que as propostas deles não me agradava, que eles mandava uma proposta e mandava uma folha prá gente pôr né. Eu devolvi tudo, falei que a proposta não me agradava, que continuaria na lei velha. Até a maioria dos trabalhadores foram na conversa deles e optaram prá lei nova. (...) E eu por esse motivo de eu ter ficado na lei velha, eles começaram me perseguir. Eles reajustava o salário dos outros empregados e o meu não reajustava. Só reajustava o que vinha dentro da lei, o que lei dava. Naquela época é dos militar, quase não vinha aumento né. (...) e começou aquela pressão, aquela pressão! E eu fui aguentando a mão, aguentando a mão e eu tinha 30 anos de casa, ele não podia fazer nada comigo né (ex-cozinheiro).

Embora as formas de pressão sutilmente utilizadas pela empresa não tenham conseguido seduzir a todos, a grande maioria acabou por optar pelo FGTS. A partir de 1974, verifica-se na Junta de Conciliação e Julgamento de Araraquara número crescente de opções pelo FGTS com efeito retroativo a 1967<sup>26</sup>. A opção pelo regime do FGTS, a partir de então, abrangendo trabalhadores da indústria e da agricultura, finalmente enquadrados como industriários pela Comissão de Enquadramento Sindical, criou flexibilidade para que a empresa realizasse acordos com os empregados mais antigos. As indenizações em torno de 60% do total devido foram negociadas para pagamento em até 30 parcelas, cujos pagamentos foram interrompidos logo após a liquidação das primeiras parcelas, tendo os trabalhadores que acionar a Justiça do Trabalho para o recebimento do restante, ou ainda para pleitear a anulação da transação.

Nos sete primeiros anos da administração Silva Gordo, o movimento de ações trabalhistas iniciado no período Morganti teve efetiva continuidade. O retardamento na resolução da polêmica em torno da questão do enquadramento sindical dos trabalhadores da lavoura gerou um volume grande de ações trabalhistas, nas quais os trabalhadores, sob a mediação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de Araraquara (STIAA), pleitearam o pagamento de diferenças de salários, de férias, de décimo terceiro salário, de

---

<sup>26</sup>Entre 1974 e 1982, o total de opções pelo FGTS, com efeito retroativo a 1967, atingiu 344 opções. Esse processo de opções pelo FGTS, estaria, possivelmente associado à promulgação da Súmula no 57 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 1974 que estipulava o enquadramento dos trabalhadores da lavoura de cana das usinas açucareiras como industriários.

horas extras e descanso semanal remunerado, decorrentes da não aplicação do dissídio intersindical. E ainda, as reivindicações de pagamento de diferenças de indenizações, e outras verbas rescisórias, pelo mesmo motivo, levadas a cabo pelos trabalhadores demitidos, foram os principais objetos que engrossaram o volume de ações trabalhistas no período de 1970 a 1976.

O ano de 1977 inaugurou uma nova fase na administração Silva Gordo. Os tempos de euforia, de ampliações, de reformas e de pagamentos até adiantados cederam lugar a um novo tempo, no qual o pagamento dos salários passou a ser "artigo de luxo", conforme denuncia o depoimento deste antigo trabalhador:

Ele (o Silva Gordo) chegou lá feito um doido! Começou a reformar tudo, casa... gastou dinheiro a beça, pintou e rolou. Nunca vi tanto dinheiro na minha vida! O pagamento nosso saía dia 29, não saía nem dia 30. Era o Banco Português que fazia o pagamento. Ele chegou num feriado de Primeiro de maio a contratar o Santos e a Ferroviária prá fazer um jogo amistoso lá. Reformou aquilo, a usina ex- inteira. Fez o diabo lá! Só que depois arriou prá trás, acabou o dinheiro (ex-escriturário).

Nesse quadro crítico, representado pelo não pagamento de elevados débitos fiscais para com o fisco estadual e federal, com constantes atrasos nos pagamentos de salários dos trabalhadores e o não recolhimento do FGTS, trabalhar na Usina Tamoio passou a ser uma desventura<sup>27</sup>. O não cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo no que se refere ao pagamento dos salários, a situação de instabilidade a que os trabalhadores estavam submetidos, vivendo sob o típico sistema de vales, endividando-se em armazéns e mercearias das cidades de Araraquara e Ibaté, levaram alguns a pleitear rescisão indireta do contrato de trabalho. No total foram 90 pedidos de rescisão indireta entre os anos de 1977 e 1982. Muitos se desligaram "espontaneamente", compondo-se amigavelmente com a empresa perante a Justiça do Trabalho, desonerando-a, assim, de boa parcela de suas obrigações trabalhistas.

---

<sup>27</sup>A Usina Tamoio, nessa época, contava, em períodos de entre-safra, com um número aproximado de 1.000 empregados, sendo 650 ligados às atividades industriais e 350 à lavoura. O número de mulheres que trabalhava eventualmente na lavoura com registro e contrato de trabalho por tempo indeterminado era aproximadamente de 100. Na safra, recorria-se de 800 a 1.000 volantes e a mulher normalmente era contratada por empreiteiros para receber a mesma diária do homem. (FERRANTE, 1984).

Aí o pessoal ia no armazém (de fora), fazia uma despesa, deixava prá pagar esse mês. Quando era no outro mês não fazia pagamento. Ele vai pagar com o quê?(...) até quando eu vi que a coisa estava assim... Por isso que eu saí, senão estava lá até hoje (ex-eletricista).

Nos três anos seguintes, a situação de instabilidade se agravou, tornando-se insustentável. Em 23 de dezembro 1981, sem garantias de sobrevivência, não podendo nem mesmo contar com o crédito dos comerciantes locais, que passaram a negar o fornecimento de mercadorias para o pessoal da Usina Tamoio, trabalhadores da indústria e da lavoura, já esgotados, decretam greve, levando adiante um movimento que durou 120 dias, em períodos alternados (FERRANTE, 1984).

Esse movimento grevista brilhantemente analisado por Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante em artigo intitulado Tamoio: Olha tem nó na cana, publicado na Revista Perspectivas, número 7, de 1984, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Araraquara, páginas 31 a 40, como bem demonstra a autora foi marcado por vaís e vens, tentativas de esvaziar o movimento por parte da usina, acordos não cumpridos e grande exposição dos trabalhadores. Legítimo e legal em suas reivindicações, uma vez que estas se voltavam para a obtenção dos salários não pagos, esse movimento que teve como marca a falta de tradição de luta por parte desse grupo de trabalhadores, acabou sendo ofuscado, inclusive, pelo peso da cultura fortemente enraizada desde o período Morganti. Assumiu desta forma característica de um "marcapasso" com reações e manifestações fragmentadas.

O movimento foi às ruas, conquistou visibilidade, angariou a solidariedade e mobilização de toda a sociedade araraquarense. Reuniões foram realizadas em São Paulo, Piracicaba com o usineiro com o intuito de resolver a situação dos Trabalhadores da Usina Tamoio que se tornava cada vez mais crítica, no entanto, as tentativas de negociações se mostraram infrutíferas. Apesar de a imprensa resistir na divulgação, ganhou repercussão em nível nacional. Órgãos governamentais como o IAA, Secretaria da Agricultura, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho, entre outros, foram acionados na perspectiva de se conseguir uma solução para o caso. Discutiu-se a perspectiva de desapropriação da usina pelo não cumprimento dos interesses sociais, aplicando-se o Estatuto da Terra, proposta barrada pelo Sindicato da Indústria da Alimentação de Araraquara (STIAA) que, visivelmente comprometido com os interesses dos usineiros, propunha a resolução do conflito pela via legal e apoiava-se na polêmica questão do enquadramento sindical dos trabalhadores rurais de usinas.

Muitos esforços foram realizados, no entanto, se mostraram inúteis. Com todas as outras possibilidades fechadas pelo Sindicato e pela empresa, inclusive as discussões de desapropriação por interesse social e a formação de uma Cooperativa de Trabalhadores, a luta se concentrou em torno da questão dos salários atrasados e FGTS não recolhido, engrossando o processo 466/82, cuja complexa trajetória pelos tribunais do trabalho, por mais de seis anos, resultou em um calhamaço de seis volumes, com mais de 5.000 páginas.

Este processo que foi solucionado apenas em 1988 teve como foco de interesse o pagamento dos salários atrasados e FGTS não recolhido. Para o pagamento da dívida foi penhorada a Fazenda Chibarro, leiloadada pelo sindicato em 1983. No leilão, os 110 alqueires da fazenda, com valor estimado em Cr\$ 180.000.000,00 (Cento e oitenta milhões de cruzeiros), receberam um único lance irrisório de Cr\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de cruzeiros). Foi então decidido adjudicar a propriedade em nome do sindicato para o pagamento dos débitos trabalhistas.

Entretanto, a expedição da carta de adjudicação esbarrou em sérios problemas. Através do seu bem aparelhado departamento jurídico, a empresa se empenhou em emperrar a expedição da carta de adjudicação, deixando a nítida impressão de tentar, com os expedientes legais de que dispunha ganhar tempo para não entregar aos trabalhadores o que lhes era de direito. Esse processo que se iniciou com o pedido de nulidade da adjudicação, sob a alegação de farsa e simulação na arrematação por não possuir o arrematante, segundo a empresa, qualidade e capacidade econômico-financeira para tal ato, esbarrou ainda em dois mandatos de segurança impetrados contra a juíza do trabalho de Araraquara, e na cessão e transferência dos direitos aquisitivos, por meio de liquidação do salário de maio/82, de 40,033587 das suas partes ideais da Fazenda Chibarro, havidas por meio de adjudicação, por um grupo de 266 trabalhadores, em grande parte pertencentes ao setor administrativo. Mecanismo diabolicamente utilizado pela empresa, para reaver boa parcela da fazenda adjudicada. Com essa artimanha, a usina conseguiu que a expedição da carta de adjudicação fosse protelada por dois anos, quando finalmente em 27 de abril de 1987 foi expedida em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Araraquara (STIAA).

Expedida a carta de adjudicação, a possibilidade de uma apropriação por parte dos trabalhadores das terras da fazenda não chegou a ser cogitada. O sindicato, que defendia a hipótese de venda da fazenda em hasta pública para a liquidação dos débitos trabalhistas, não chegou a levar esse projeto adiante, deixando transparecer o desejo de tentar medidas conciliatórias com os proprietários da usina. Durante o ano de 1987, até maio de 1988, se limitou em

liquidar parcialmente alguns processos individuais, utilizando para isso recursos obtidos com a venda de algumas casas de um conjunto de 494 residências arrestadas em garantia do processo e localizadas no município de Taquaritinga. Com esse procedimento, sindicato e empresa ganharam tempo para as discussões da conciliação que, finalmente, foi publicizada em Abril de 1988. Como a primeira proposta de liquidação dos débitos trabalhistas em cinco parcelas foi rejeitada pelos trabalhadores, foi feita uma segunda proposta de pagamento em três parcelas, devidamente corrigidas, que finalmente foi aceita por eles.

Na assembléia de liquidação do processo 466/82, realizada na sede do STIAA, em junho de 1988, defendendo a proposta da empresa e difundindo a idéia do acordo como algo favorável aos trabalhadores, o advogado do sindicato apresentou a conciliação como única alternativa possível, sob o risco do processo continuar embargado na Justiça do Trabalho, por longo tempo.

Assim, induzindo os trabalhadores a aceitarem a proposta da empresa, a própria assessoria do sindicato, que em tempos anteriores defendeu a luta pela via da legalidade, pareceu, naquele momento, difundir a descrença na Justiça do Trabalho como campo de luta. O prazo de 10 a 20 anos estimado pelo advogado responsável pela condução das negociações não deixou outra alternativa para os trabalhadores que, de um lado pressionados pela necessidade imediata do dinheiro, de outro ludibriados pela direção sindical altamente suspeita, e cansados da longa espera, decidiram por meio do voto direto pela aceitação da proposta.

Para tal decisão, colaborou muito a crença de que a terra de nada lhes servia sem as condições técnicas para trabalhá-la. A ilusão de que a usina podia vir a ser reativada impediu que os trabalhadores mantivessem o desejo de se tornar proprietários das terras que, segundo alguns deles, representam o pulmão da usina. É na Fazenda Chibarro que se encontra a represa, fonte de água para a usina e da qual ela não prescinde.

Mais uma vez, parece ter prevalecido a crença de que a terra do patrão era inviolável. Parece ter pesado nessa decisão resquícios da fidelidade sentida e devida desde o período Morganti, fortemente enraizada na memória e na vida dos seus antigos trabalhadores.

## **Considerações Finais**

Ao longo deste trabalho procurou-se contar um pouco da história da Usina Tamoio, e do grupo constituído por seus trabalhadores e moradores. Buscou-se entender o complexo mundo de relações sociais que se estruturava em torno da Usina Tamoio, o seu sistema de dominação e a forma como esta

dominação foi interiorizada e legitimada pelos dominados. Nas representações dos trabalhadores e moradores, nas suas memórias, buscou-se os significados de viver e trabalhar naquele espaço.

No processo de investigação, a descrição da usina como um lugar privilegiado para trabalhar, morar e viver sobressaiu no discurso dos trabalhadores, independentemente da posição ocupada na estrutura social da empresa. Especialmente sob o domínio Morganti, que coincide com a expressão máxima da fartura e do prazer, a usina é lembrada como parte de suas vidas e o tempo trabalhado na Usina Tamoio como um tempo bom.

Adotou-se como princípio analítico a consideração de que a estruturação desse universo simbólico aparece imbricada ao mundo do trabalho. As reflexões feitas acerca da forma como os sujeitos representam aquele mundo levaram a concluir que suas representações foram geradas num tempo vivido, na experiência que "compreende a resposta mental e emocional, seja, de um indivíduo, ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento" (THOMPSON, 1981, p.15).

A experiência se formou no ato de viver e de trabalhar, em um mundo e em um lugar onde os indivíduos, guardadas as necessárias diferenciações, têm "na história comum do vivido, uma história compartilhada" (FERRANTE, 1992, p.559). Isso leva a pensar que a forma como representam aquele mundo não é fruto de uma ação maniqueísta da usina, mas resultado de um tempo concreto de vida.

O paraíso vivido e sentido no período Morganti cedeu lugar a um tempo de agruras e aflições no período Silva Gordo, mas mesmo as lutas, até certo ponto em vão, levadas a cabo pelos trabalhadores nos últimos tempos da usina, não modificaram neles a lembrança de um tempo marcado na memória.

E, portanto, a partir dessa realidade que entende-se ser necessário pensar o Assentamento Bela Vista do Chibarro hoje. Entende-se que ele é um desdobramento da História da Usina Tamoio e da Seção Bela Vista. Sua história recente, portanto, não pode ser abstraída dessa história anterior. História que marcou corpos e almas de pessoas concretas, de carne e osso. Pessoas que naquelas terras, trabalharam, naquelas casas moraram, naquele lugar viveram. Sim viveram, pois foi ali que tiveram a possibilidade de realizar seus sonhos, correndo o risco de ser felizes ou infelizes.

## **Referências**

ALVIM, Maria Roselene Barboza. Família e Proletarização industrial: A

Constituição de um mercado de trabalho "específico de uma Fábrica Têxtil.  
**Anais do IV Encontro Nacional ABEP**, 1984.

ALVIM, Maria Roselene Barbosa. **Constituição da Família e Trabalho Industrial**: Um Estudo Sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Rio de Janeiro, UFRJ, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento**. Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectivas, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

D'AQUINO, Teresinha. **Do Barro ao Pó: A maldição do Oleiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP), 1992.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **FGTS: Ideologia e Repressão**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Tamoio: olha tem nó na cana**. Revista Perspectivas, São Paulo, n.7, UNESP, p.31-40, 1984.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A Chama Verde dos Canaviais** (Uma História das Lutas dos bóias-frias). Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Araraquara/UNESP, 1992, (mimeo).

GNACARINI, José Cesar A. **Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEITE LOPES, José Sérgio. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: **Mudança social no Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE LOPES, José Sérgio. Aspectos da formação de um grupo de trabalhadores numa fábrica com vila operária: a instituição de uma forma de dominação através do processo de recrutamento de força de trabalho. In: **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências**. Ceará, Imprensa Universitária, 1986.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Editora Marco Zero - UNB em co-edição com MCT/CNPq, 1988.

MARTINEZ CORRÊA, Ana Maria. **História Social de Araraquara - 1817/1930**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ORNELLAS. Manoelito de. **Um bandeirante da Toscana: Pedro Morganti na Lavoura e na Indústria Açucareira de São Paulo**. São Paulo: Edart, 1967.

PAGÉS, Max, et al. **O Poder das Organizações**. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

